

Constituinte e diretas para presidente em 86

ADHEMAR DE BARROS FILHO

S em embargo de todas as críticas que lhe têm sido feitas, a tese do governador Brizola e do PDT — a da coincidência geral dos mandatos em 86 — a cada dia mais viva, realista e atual se torna, evidenciando a sua procedência e o alto grau de verdade de que dispõe. Antes de tudo, é uma idéia em favor do povo brasileiro e da estabilidade das instituições democráticas. Ganhará rapidamente as consciências — na medida em que puder ser mais amplamente divulgadas —, devendo tornar-se imperativo dentro do atual processo de oxigenação política e de liberalização, ora em curso no Brasil.

Quem seria capaz de imaginar, há cerca de um ano atrás, que seria possível conquistarmos — num só dia e numa só noite, como os da última quarta-feira — eleições diretas para presidente e prefeituras das capitais, direito de voto aos analfabetos, bem como outros relevantes avanços legislativos? E, quase inacreditável que

isso tenha acontecido, para quem imagina entender, um pouco que seja, de Brasil contemporâneo.

No entanto, não mais existe o fantasma do Colégio Eleitoral, e as eleições municipais estão nas ruas a todo vapor.

A democracia brasileira, esta tenra plantinha que Sarney começa a regar, certamente vingará, contra todos os agouros.

Voltando à pergunta de "Tendências/Debates" deste sábado, queremos reafirmar nosso ponto de vista pessoal, afinado com o que pensa o PDT, de que só vemos vantagens para o povo e para a Nação na possibilidade da escolha simultânea de seus constituintes e de seu presidente.

O fato básico seria o esclarecimento, a nível nacional, que certamente haveria a respeito do "quem é quem" político-partidário. As pessoas seriam informadas extensa e intensamente sobre as questões em debate na campanha presidencial ao mesmo

tempo que conheceriam o rosto e o tipo de proposta que cada candidato a constituinte teria. Saberiam, de modo substantivo, que tipo de representantes estariam levando à Constituinte e a que candidato a presidente estavam ligados.

Só assim as vontades individuais seriam capazes de estabelecer-se. Só desse modo tendências consistentes de opinião seriam compostas, mais à direita, mas ao centro, mais à esquerda.

Exemplificando é mais fácil. Ao votar em Aureliano, Ulysses ou Brizola — e seus respectivos parceiros políticos, os constituintes — o cidadão teria condições muito mais nítidas de expressar sua vontade. Escolheria, com um coeficiente de dúvidas muito pequeno, que tipo de governo gostaria de ter em seu país, e quem seriam os constituintes capazes de votar uma Constituição de acordo com o seu pensamento. Daí a importância do carro chefe da Presi-

dência, como saudável divisor de águas.

Ao contrário, não havendo eleição presidencial, provavelmente teremos em 86 uma Constituinte fluida, menos caracterizada quanto a tendências e certamente mais fisiológica. A fisionomia clara para o leitor, de seu representante, provavelmente será bem menor com a inexistência da campanha presidencial simultânea.

Além do clássico argumento de que maiorias congressuais são fundamentais ao estabelecimento da plataforma permitida pelo presidente em sua campanha.

Assim, só nos resta esperar que o suposto personalismo, atribuído por nossos adversários ao governador Brizola, seja fato menor perante a importância para o País das escolhas a serem feitas em novembro de 86.

ADHEMAR DE BARROS FILHO. Só, foi deputado federal por várias legislaturas e é o atual presidente do PDT de São Paulo.